

# IberLAND



IberLAND explora a história das relações com a terra em uma perspectiva global e de longa duração, com foco nos territórios dos antigos impérios português e espanhol, no que hoje é chamado de mundo ibérico.

As coroas ibéricas de Portugal e Castela, a partir do século XV, conectaram diversos povos e comunidades da África, Ásia, Europa, e as Américas. Destarte, pela primeira vez transformaram as questões relativas à forma de possuir e usar a terra em uma questão de dimensões globais. Embora essa era de descobrimento e colonialismo tenha sido frequentemente considerada como a primeira fase da transplantação dos conceitos jurídicos europeus de propriedade para o mundo não-europeu, o projeto IberLAND busca questionar essa narrativa através de um olhar para a história das relações com a terra que não as enxerguem como um processo de difusão da Europa para o mundo, mas como um processo de inovação jurídica descentralizado.

Para tanto, o projeto tratará de ir além da ideia de propriedade e se concentrará no conjunto de relações sociais estabelecidas entre as pessoas e a terra. Essa abordagem conceitual permite combinar pesquisas históricas no âmbito social, etnológico e legal, para que se observe como o direito era produzido, no âmbito local, através de uma combinação de prática e doutrina. Para conectar doutrinas jurídicas e práticas locais, este projeto irá focar em diferentes tipos de instituições que estruturaram as relações com a terra em diferentes regiões do mundo ibérico. Essa moldura conceitual e analítica será aplicada em seis estudos de caso, com foco em México, Goa, Cabo Verde, Espanha, Brasil e as Filipinas, o que nos permitirá superar a mentalidade difusionista que permeou os estudos sobre direito e império. Ademais, desloca o foco do estudo da posse da terra para a multiplicidade de normas e instituições que foram construídas em todo o mundo ibérico concomitantemente. “Desessencializar” a ideia de propriedade pode influenciar futuras pesquisas no campo jurídico, antropológico e histórico, ao promover uma perspectiva de direito radicalmente descentralizada para um mundo globalmente interconectado.

O projeto recebeu um orçamento de 1,9 milhões de euros que, ao longo de cinco anos, permitirá ao investigador principal constituir uma equipa composta por dois investigadores doutores e três investigadores doutorandos.